

Pessoas *trans* e espaços escolares: o uso do banheiro feminino e seus impactos

**Neil Franco Pereira de Almeida;
Graça Aparecida Cicillini**

Resumo

Este artigo destaca os processos de luta pelo reconhecimento do direito de utilização do banheiro feminino por docentes *trans* em suas trajetórias escolares. Essa discussão integra as problematizações de uma tese de doutorado em Educação que objetivou identificar e problematizar sobre os indícios de desestabilização que a presença de professoras *trans* provocaria na escola. Metodologicamente, a pesquisa se sustentou na análise de fontes bibliográficas e documentais, entrevistas e questionários; adotando como aparato teórico a teoria *queer*. Fundamentados nos relatos das docentes investigadas evidenciamos que os conflitos na utilização do banheiro se materializaram de forma mais latente para aquelas professoras que pouco conhecimento detinham sobre legitimações e não se vinculavam ao movimento social organizado de pessoas *trans*.

Palavras chaves: Pessoas *trans*. Banheiro. Transfobia.

Introdução

No panorama nacional brasileiro evidenciamos um processo de luta pela visibilidade e reconhecimento de pessoas travestis, transexuais e transgêneros como integrantes do campo formal de atuações profissionais. A docência tem sido uma área de destaque dessa luta, ressaltando a relevância de investigar quais os caminhos percorridos e os obstáculos enfrentados por esses sujeitos durante seu processo de escolarização e inserção na carreira docente. Este é o foco deste artigo no qual destacaremos os processos de luta pelo reconhecimento do direito de utilização do banheiro feminino vivenciado por professoras travestis, transexuais e transgêneros em suas trajetórias de vida escolares. Essa discussão integra as problematizações de uma tese de doutorado em Educação cujo objetivo foi de identificar e problematizar sobre os indícios de desestabilização que a presença de professoras *trans* provocaria nas escolas em que atuam.

Pertencentes ao “universo *trans*” é como interpretamos essas professoras travestis, transexuais e transgêneros. Essa expressão foi descrita por Marcos Benedetti (2005) com o intuito de possibilitar a ampliação do leque de definições no que tange às “transformações do

gênero”, abrangendo às “personificações” de gênero polivalente, transformado e modificado. Seria, segundo este autor, a intenção de contribuir para a ampliação do conhecimento acerca dessas pessoas que cruzam e deslocam as fronteiras do gênero. Em razão disso, optamos em identificá-las como professoras *trans*.

Teoricamente a pesquisa se sustenta nos princípios da teoria *queer* por ancorar-se numa forma múltipla e dinâmica na proposição de problematizações dos campos identitários, o que nos possibilita visualizar, analisar e contextualizar o campo geral em que todas as identidades (sexuais, gêneros, raciais, classes) são construídas, percebendo-as necessárias e interrelacionadas, constituindo uma realidade complexa e em constante movimento nas mais variadas dimensões: históricas, sociais, culturais, políticas e educacionais (LOURO, 2004; GAMSON, 2007).

Metodologicamente, a pesquisa se sustentou na análise de fontes bibliográficas e documentais, entrevistas e questionários. O universo investigado foi construído por doze professoras *trans* das cinco regiões do país, sendo duas da região sul, quatro da região sudeste, três da centro-oeste, duas da nordeste e uma da região norte.

Essas docentes se encontravam na faixa etária de vinte e sete a quarenta e seis anos. A cor branca prevaleceu no grupo, assim como a identidade de gênero transexual e a identidade sexual heterossexual. Como formação acadêmica, a licenciatura em Letras foi o curso mais destacado. A atuação na Educação Básica e em escolas da rede pública de ensino é outra característica marcante no grupo.

Almejar e conquistar o direito de tornarem-se docentes consistiu do resultado de buscas constante de estratégias para fazer do ambiente escolar um espaço vivível que faz dessas professoras sujeitos de resistências, especialmente por terem ultrapassado ou, talvez, sobrevivido, a um dos espaços sociais no qual a normatização do gênero e das sexualidades se faz mais contundente (LOURO, 1997; BUTLER, 2003).

Nessa perspectiva, Sérgio Carrara e Sílvia Ramos (2005), em pesquisa realizada na Parada do Orgulho GLBT na cidade do Rio de Janeiro em 2004, destacaram uma baixa incidência de discriminação e preconceito contra travestis e transexuais em instituições de ensino. O que emergiu marcadamente é que isso se deveu ao fato de que esses sujeitos pouco frequentam escolas ou faculdades. A pesquisa de Alessandra Bohm (2009, p. 58) realizada com vinte travestis da cidade de Porto Alegre também sinalizou para essa afirmativa ao descrever sobre o processo de escolarização dos sujeitos da pesquisa e o nível de formação alcançado por elas: “[...] sobre a escolarização alcançada, 15% das entrevistadas apontam

possuírem Ensino Fundamental incompleto, 25% possuem Ensino Fundamental completo, 15% delas têm Ensino Médio incompleto, 25% possuem Ensino Médio Completo e 5% têm Ensino Superior Completo.”

Maria Rita César (2009) afirmou que mesmo com as reivindicações da sociedade civil resultando em apoio por diversas vertentes do Governo federal, levando à criação de medidas legislativas em defesa dos direitos humanos de pessoas *trans* no âmbito escolar, é fato que as escolas, em sua maioria, ainda exercem o preconceito e a exclusão e, conseqüentemente, contribuem para a evasão desses sujeitos.

[...] se a escola é o lugar por excelências das formas de normalização dos corpos, os corpos de transexuais e travestis representam o outro da norma, aquele/a que sempre escapará das teias disciplinares e biopolíticas do governmentação escolar. Ou ainda: por que estes corpos não normativos colocam em cheque [sic] as certezas estabelecidas pelo sistema sexo-corpo-gênero, que a escola, mesmo diante de programas de educação sexual, diversidade sexual e combate ao preconceito, ainda insiste em preservar (CÉSAR, 2009, p. 3-4).

É dentro dessa perspectiva que as professoras da pesquisa ressaltaram dificuldades de pessoas *trans* se manterem em instituições escolares devido a inúmeros processos de recusas que demarcam que gêneros são possíveis habitarem o ambiente escolar. Dentre esses demarcadores, o reconhecimento do uso do nome social e a utilização do banheiro referente ao gênero que essas pessoas se identificam convergem-se em um dos principais obstáculos enfrentados por esses sujeitos; assim como descrito também no folder “A travesti e o educador: respeito também se aprende na escola.” (BRASIL, 2004a).

Esses aspectos foram destacados de forma significativa nos relatos das professoras investigadas tanto no processo de escolarização quanto na atuação docente no que se refere à vivência do preconceito e da discriminação em razão da forma como constroem seu gênero e vivem suas sexualidades. A utilização do banheiro feminino é o nosso foco de discussão, embora em alguns momentos também se vincule ao nome social, como veremos a seguir.

O uso do banheiro e seus impactos para pessoas *trans*

Judith Butler (2004) observa que a linguagem não se constitui apenas de um instrumento de expressão. Ela torna-se condição para a possibilidade de existência do sujeito que se constrói por meio da forma que ele/a próprio/a se expressa por meio da fala, correlacionando-a como os/as outros/as o/a identificam e, da mesma forma, manifestam essa

identificação ao interpelá-lo/a nos mais variados contextos da vida. Com base nessa forma de interpretar o/a outro/a e se interpretar como sujeito, somos também enquadrados/as em espaços sociais específicos em que o ser homem e/ou ser mulher obriga-nos ao ajustamento em padrões pré-estabelecidos histórica, social e culturalmente. O banheiro, sobretudo em instituições públicas, torna-se uma estrutura física dotada de uma linguagem não verbalizada, mas determinante do lugar social que cada sujeito pode ocupar na sociedade desencadeando aceitação ou recusa das variadas formas de existência humana.

Na vertente das recusas de existências humanas pautadas pela linguagem, verbalizada ou não, Adriana Lohanna ressaltou a questão do nome social atrelada à utilização do banheiro feminino, que desencadeou conflitos no período de sua formação no Ensino Superior, no qual foi ameaçada de receber um processo disciplinar e expulsão da universidade.

No terceiro período sou chamada no setor jurídico da universidade. Um rapaz disse para mim: **“Recebemos uma reclamação de que o senhor estava utilizando o banheiro feminino.”** Aí, eu: “Primeiro, moço, poderia me tratar por senhora, não sou senhor, sou senhora, me chamo Lohanna, e eu uso o banheiro feminino porque eu sou mulher.” “Não, mas você está proibido determinadamente de usar o banheiro feminino, senão você receberá um processo disciplinar e será expulso da universidade.” Eu digo: “Ah, é, por quê?” **“Porque, aqui na universidade, você está registrado na matrícula 208142230 e você se chama [nome de registro masculino]. Seu sexo é masculino!”** (Adriana Lohanna, Aquidabã-SE, novembro de 2010, sublinhados nossos).

De acordo com os relatos da autobiografia de João Nery, o problema com o nome social e a utilização do banheiro em espaços públicos, destacando aqui o ambiente escolar, constituem dois aspectos que pouco se alteraram em três décadas. Assim como as professoras desse estudo, Nery descreveu uma vivência, nos anos de 1970, quando cursava Psicologia e vivenciou constrangimentos similares. Seu relato confirmou a argumentação de Rogério Junqueira (2009) de que evidenciamos uma ausência de ações de enfrentamento do estigma, do preconceito e de políticas públicas destinadas às necessidades básicas de pessoas *trans*.

Só era visto como mulher na sala de aula pela forçosa apresentação, que, inapelavelmente, tinha de fazer. Fora isso, os outros alunos, professores e empregados da universidade que não me conheciam, viam-me como homem. Inclusive, uma de minhas grandes dificuldades era ir ao banheiro. Arrisquei-me um dia para nunca mais (NERY, 2011, p. 129).

A narrativa de Adriana Lohanna se aproxima do que temos encontrado nos estudos que enfocam universo *trans* e escola nos quais o uso do nome social e a utilização do banheiro feminino tornaram-se os mais significativos demarcadores de gêneros possíveis no ambiente escolar, confirmando que “[...] a escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de

lidar com a diferença e pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heteronormatividade.” (BENTO, 2008, p. 129).

O constrangimento vivenciado por pessoas *trans* no uso do banheiro, muitas vezes, antecede a estruturação de suas identidades de gênero e sexual, seja na Educação Infantil, Básica ou Superior. Para Adry, em especial, esse não lugar do gênero foi indicado pelo banheiro já na Educação Infantil.

Sabe, eu me lembro do jardim de infância e **tive que ir num banheiro no recreio. Foi a coisa mais horrorosa da minha vida**, porque só tinha que entrar no banheiro dos meninos e aquilo para mim... **Eu morri de vergonha. Parecia que eu era um ser estranho ali. Não era ali o meu lugar. E eu só tinha seis anos e me lembro disso muito nítido na minha memória.** Eu sempre pedi para ir ao banheiro antes. E ficar cuidando do canto do prédio, por que o banheiro era um pouco separado, para ver se não tinha nenhum menino lá dentro para poder ir lá (Adry, Porto Alegre-RS, maio de 2013, sublinhados nossos).

Para as demais professoras, seus relatos se referem a um período anterior à sua transformação, no qual a proximidade ou o trânsito pela homossexualidade fazia do banheiro um espaço de vivência da violência anunciada e materializada, embora exceções ocorressem. Geanne, por exemplo, afirmou nunca ter vivido constrangimentos em relação à utilização do banheiro, antes e após a sua transformação. Para aquelas que vivenciaram constrangimentos, maiormente, na Educação Básica, várias delas foram surpreendidas por garotos expondo seus órgãos genitais nesse ambiente escolar. Em decorrência disso, “não utilizar o banheiro” tornou-se uma das estratégias mais utilizadas, ou, utilizá-lo em horários diferenciados, como nos contou Sarah.

Na verdade, raramente ia ao banheiro e escolhia um momento que eu ficava observando para ver se realmente não tinha ninguém. Sabe quando a cobra visualiza a sua presa? Ela quer dar o bote e ela consegue porque é muito perspicaz? Então, eu era muito perspicaz neste sentido, [...]. **Esperava. Dava uma voltinha no corredor e ficava observando até que eu via que não tinha ninguém. Eu me trancava e só saía quando eu via que ninguém iria entrar** (Sarah, Bom Jardim-GO, janeiro de 2013, sublinhados nossos).

A fase do Ensino Médio foi ressaltada por Adriana Sales como período de novas estratégias para lidar com a utilização do banheiro que, a partir da adolescência, assumiu novas representações no que tange às diferenciações de gênero.

No Ensino Médio as coisas se diferem porque você está no processo de adolescência, de juventude. A questão da manifestação sexual já é mais clara, ela já é mais presente. Aquele espaço já ganha, já tem um peso social. Então, você tem algumas saídas. A minha era não frequentar o banheiro, porque eu não ia adentrar ao recinto sendo toda uma figura feminininha, andrógina, e dividir o espaço com rapazes que, na maioria das vezes, eram meus namoradinhos. Para mim, era muito complicado. **A minha saída era não usar**

o banheiro na escola (Adriana Sales, Cuiabá-MT, novembro, 2010, sublinhado nosso).

Para Edna, a utilização do banheiro feminino sempre foi uma atitude habitual. Contou-nos que durante o processo de transformação desencadeou polêmicas em ambos os banheiros quando estava em um restaurante.

Fui entrar no banheiro masculino, pois entrar no feminino iria causar um problema, então, na hora em que eu fui entrar no masculino, tinha uma senhora que me falou: “Você está entrando no banheiro errado.” Aí, eu fui para o feminino. Aí, eu disse: “Ai, minha nossa senhora, e agora?” Eu voltei e entrei no masculino. Eu deveria ter ficado no feminino, porque na hora que eu entrei no masculino e que estava lavando as mãos, que eu saí, entra um senhor: “Desculpa, senhora, eu entrei no banheiro errado.” Eu fiz o homem entrar no banheiro errado. (Edna, Uberlândia-MG, janeiro de 2013).

Sobre a universidade, Danye contou-nos de uma situação vivenciada quando frequentava o banheiro masculino e foi confundida com uma mulher. A partir daí, passou a utilizar o banheiro feminino, mas gerando também alguns conflitos.

Danye: Quando eu estava na faculdade, eu entrei rapidão no banheiro masculino. Na hora em que eu entrei no banheiro masculino um homem falou assim: “Oh! Seu banheiro não é aqui.” Porque ele me via como mulher. Não é? E eu ainda estava no processo [de transformação]. A partir daí eu comecei a usar o banheiro feminino. No meu terceiro ano alguém reclamou, mas eu era muito amigo da diretora e ela me deu uma chave para eu usar o banheiro de deficientes. (...)

Pesquisador: **Foi uma aluna quem questionou?**

Danye: **Foi.** Isso depois de três anos usando o banheiro feminino. Aí, a diretora, virou e falou: “Danye, para gente não criar caso, eu sei que você entende muito bem, não é? Vamos fazer com que você use um banheiro só você.” **Aí, por um lado você pensa: eu podia continuar no banheiro feminino. Só que eu achei tão legal. Eu sabia se alguém me visse ali, no banheiro dos deficientes, entrando... Eu fiquei nesse negócio, nessa questão do banheiro. Hoje, eu não tenho** (Danye, Orizona-GO, janeiro de 2013, sublinhados nossos).

Em um primeiro momento, Danye acreditou ter sido privilegiada ao ser solicitada a utilizar o banheiro para deficientes sob a argumentação de que teria um banheiro somente para ela; além de, como dito pela diretora, “não criar caso”. De outro modo, utilizar o banheiro para deficientes parecia condicionar sua transexualidade ao universo da patologia, tanto que ela se questionou sobre o fato de ser vista entrando naquele recinto. Sua preocupação nos remeteu à argumentação de Berenice Bento (2008) ao afirmar que pessoas transexuais são vítimas de múltiplas formas de violência, das quais a mais cruel seria a patologização da experiência por irradiar a inferioridade como atributo inerente a essas pessoas.

Mesmo se questionando, contudo, Danye optou pelo silêncio e, de certa forma, conduzida a se sentir merecedora desse ato que identificamos como agressão, uma vez que uma posição pedagógica favorável seria utilizar o acontecimento para colocar a questão em pauta. Isso poderia gerar a discussão de subsídios que contribuiriam para formação dos/as discentes da instituição que, provavelmente, enfrentariam situações similares em suas atuações profissionais. Seria possível então desenvolver atividades de reconhecimento da diferença (MISKOLCI, 2012; LOURO, 2004).

Na atuação docente, Danye destacou que em duas escolas nas quais trabalhou havia apenas um banheiro para os/as funcionários/as, locais em que a nenhum constrangimento foi exposta em razão do uso desse espaço. Em outra escola, porém, não lhe era permitido utilizar o banheiro feminino. Contou-nos de uma circunstância em que quando ia entrar no banheiro feminino foi abordada pela diretora: “Ela falou assim: ‘Aí não pode não.’ Mas, por exemplo, se eu voltar para lá, hoje, eu não tenho esse perigo. Eu usaria o banheiro feminino.” (Danye, Orizona-GO, janeiro de 2013).

Flávia Teixeira (2009) ressaltou o quanto as normas sociais que compõem nosso existir, muitas vezes destoando de nossa individualidade, incutem em nós a sensação de fazer algo errado, não permitido. Junqueira (2009, p. 27), descreveu esse “fazer algo errado” como um dos processos de internalização da homofobia/transfobia que “[...] uma vez introjetada, ela pode conduzir a pessoa a se sentir envergonhada, culpada e até merecedora da agressão recebida, mantendo-a imobilizada, em silêncio, entregue a seu destino de pária social.” Naquele momento no qual não utilizou o banheiro em razão da proibição da diretora, Danye, possivelmente, assumiu para si um contexto de que “fazia algo errado”. Ficando em silêncio consentiu com a imposição de um destino como “pária social”. Contexto bem aproximado pôde ser identificado por Sarah quando cursava a universidade:

Vixi, eu ouvi muitas piadinhas minhas. **Foi o pior trauma que eu tive. Foi a questão do banheiro e tenho até hoje, sabe?** Quando eu cheguei, ousado que era, eu comecei a ir ao banheiro das mulheres. Aí, começaram a reclamar: “ah, porque é gay, não sei o quê...” E a gente escutava pelos cantos. Até dentro do banheiro, às vezes, sabiam que eu estava dentro do compartimento do banheiro que era dividido. Eu escutava as piadinhas, **“ah, está vendo aquele gay, ele está aí dentro do banheiro das mulheres, tem que reclamar, tem que fazer isso, aquilo...”**[...] E aí, eu ia ao banheiro dos homens. A mesma coisa. “Eu cheguei aqui, aquele gayzinho estava aqui, não sei o quê”. Eu lá no banheiro. Eu tive que escutar tudo isso. **Eu tinha que tirar par ou ímpar ou recorrer a quê? Para que tivesse um banheiro específico. Não foi fácil** (Sarah, Bom Jardim-GO, janeiro de 2013, sublinhados nossos).

Como destacado por outras professoras, a saída de Sarah foi escolher um horário no qual ninguém estaria no banheiro masculino para que ela o pudesse utilizar. Seu medo era

qual reação poderia desencadear ao se deparar com alguém dentro do banheiro, o que a levava a conter sua vontade por períodos prolongados. A utilização do banheiro para Sarah na universidade representa um dos maiores constrangimentos que vivenciou naquele espaço, aspecto que não ocorreu na Educação Básica, pois ainda não havia se transformado, com isso, utilizava o banheiro masculino.

Ao ter sido restringida de utilizar ambos os banheiros na universidade, Sarah, assim como o ocorrido com Danye, a introjetou que estava “fazendo algo errado” (TEIXEIRA, 2009). Com isso, o uso das estratégias indicou que naquela circunstância a vergonha, a culpa e o merecimento pela agressão foram sentimentos incorporados de forma mais latente. Diferente de Adriana Lohanna que foi advertida formalmente por utilizar o banheiro feminino, nenhuma advertência formal foi direcionada à Sarah por parte de gestores da universidade na qual estudava. O reconhecimento do fato se deu a partir de comentários que não foram ditos diretamente, mas ouvidos por ela nas dimensões da universidade.

Em Bom Jardim, quando entrevistávamos Sarah, perguntamos qual banheiro ela utilizava. Respondeu-nos que não havia banheiro definido na sala dos/as professores/as, utilizando o que estivesse disponível, contudo, implicitamente havia uma demarcação de qual seria o masculino e o feminino: “Sempre vou ao primeiro. O primeiro, não está definido, mas é voltado mais para as mulheres. Entram muito mais nele. O de lá são os homens quem vão. (...) Aqui não tem problema nenhum eu ir ao banheiro das mulheres, nunca tive problema.” (Sarah, Bom Jardim-GO, janeiro de 2013).

Apesar de não ter relatado qualquer constrangimento, Adry contou-nos que quando vivenciava o processo de transformação no final da Educação Básica, nunca utilizava o banheiro, afirmando inclusive, que desconhecia a sensação. Contudo, ressaltou seus receios ao ter que usar o banheiro na universidade, assumindo dimensões bem próximas daquelas que desencadearam os conflitos vivenciados por Sarah e Danye.

Na faculdade eu já era Adriana e eu precisei ir ao banheiro. “E se aqueles homens me barrarem?” Eu fico com receio. Não é? O afeminadinho. “Será que vão me barrar de ir ao banheiro feminino? E no banheiro masculino pode acontecer tanta coisa comigo. Já pensou? **Tanto tempo eu ia ao masculino e sentia que não era o meu lugar. Por que não era. Não é? E eu tomei coragem e fui no feminino. Só não me sentia à vontade** (Adry, Porto Alegre-RS, maio de 2013, sublinhado nosso).

Guacira Louro (1997) afirmou que a escola, por meio de símbolos e códigos, designa o que cada um/a pode ou não fazer por meio da separação e instituição de normas, definindo espaços possíveis e vivíveis aos sujeitos. Nesse sentido, quando Adry comentou sobre o “não se sentir à vontade”, referia-se aos processos de segregação desencadeados pela tentativa de

utilização do banheiro evidenciando que “[...] o prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos ‘fazem sentido’, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos.” (LOURO, 1997, p. 58). Logo, o banheiro representa um consistente divisor de águas entre espaços possíveis ao masculino e ao feminino. Para pessoas *trans*, torna-se um espaço inabitável e, ao mesmo tempo, arriscado. Confirmamos esse fato principalmente ao constatarmos que a maioria das professoras resistia em utilizá-lo, ou, sujeitavam-se ao enfrentamento dos olhares de recusa, como destacado por Sarah e Danye, ou, ainda, ameaçadas de processo disciplinar como mencionado por Adriana Lohanna.

Ao ocupar a profissão docente, para algumas das professoras, essa história tomou outros caminhos. Isso ocorreu, sobretudo, devido ao posicionamento político, ou seja, ao que as professoras desse estudo descrevem como processo de empoderamento. Sayonara soube por intermédio do diretor de uma das escolas na qual atuava que uma secretária pediu a ele providências sobre ela utilizar o banheiro feminino da sala dos/as professores/as. O diretor disse a ela que falasse pessoalmente com Sayonara sobre o assunto; porém a advertiu: “Se você quiser falar isso para ela, você fala, mas você vai arrumar uma confusão muito grande, porque ela é instruída sobre as leis.” (Sayonara, Uberlândia-MG, outubro de 2011). Numa perspectiva similar, Adriana Sales relatou-nos a forma como se posicionava nessa situação.

As pessoas sabiam que se mexessem comigo, a panela era mais quente. Haveria uma devolutiva para aquela manifestação. **Como professora, nunca tive problema com o toailete, claro que você vê uma cara torta, um comentariozinho ali, assim. Os profissionais são covardes ao ponto de não se assumirem, não chegam para você e falam o que pensam. Formalmente, não me apresentaram nada. Continuarei frequentando o banheiro feminino** (Adriana Sales, Cuiabá-MT, novembro de 2010, sublinhado nosso).

Os relatos de Sayonara e Adriana Sales ressaltam posicionamentos de um discurso de militantes do segmento *trans* brasileiro, diferenciados das narrativas de Danye e Sarah – principalmente. Esses posicionamentos levam-nos a concluir que os conflitos na utilização do banheiro se materializaram de forma mais latente para aquelas professoras que pouco conhecimento detinham sobre legitimações e não se vinculavam ao movimento social organizado de pessoas *trans*. De qualquer forma, assim como evidenciado nas narrativas das professoras e descrito no folder “A travesti e o educador” (BRASIL, 2004a), por localizarem-se socialmente no gênero feminino a demanda de pessoas *trans* femininas em qualquer instituição pública é para utilização do banheiro das mulheres. As recusas para que essa ação

se consolide na prática escolar delimitam as demarcações do feminino e do masculino nutrindo os princípios da heteronormatividade.

A heteronormatividade consiste no processo de efetivação e naturalização da heterossexualidade como a única forma possível e legítima de manifestação identitária e sexual. Com isso, criou-se um conjunto de dispositivos que se vinculam diretamente à produção de corpos, sujeitos e identidades definidos e coerentes com a sequência corpo/gênero/sexualidade. Nesse processo, consolidou-se a crença na natureza de divisão binária entre os corpos, macho/fêmea, e, conseqüentemente, gêneros distintos, homem/mulher, bem como a atração afetivo-sexual entre sexos opostos, masculino/feminino (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009; LOURO, 2009). Dessa forma, os relatos aqui contextualizados confirmam que as estruturas físicas escolares, principalmente o banheiro, atuam de forma representativa na delimitação dos limites pré-determinados do masculino e do feminino.

Referências

BENEDETTI, M. **Toda Feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144 p.

BENTO, Berenice. Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. 181 p. (Coleção Primeiros Passos).

BOHM, Alessandra M. **Os “monstros” e a escola**: identidade e escolaridade de sujeitos travestis. 2009. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de DST, Aids e hepatites virais. **A travesti e o educador**: respeito também se aprende na escola. Brasília: PNDST/Aids, 2004a. (folder da campanha Travesti e respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida.).

_____. Ministério da Saúde. Departamento de DST, Aids e hepatites virais. **Travestis ganham campanha contra aids e preconceito**. 2004b. Disponível em <<http://www.aids.gov.br/noticia/travestis-ganham-campanha-contr-aids-e-preconceito>>. Acesso em 15 abr. 2014.

BUTLER, Judith. **Lenguage, poder e identidade**. Trad. javier Sáez e Beatriz Preciado. Espanha: Sintesis, 2004. 271 p.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

CARRARA, Sérgio; RAMOS, Silvia. **Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004.** Rio de Janeiro: CEPECS, 2005. Disponível em < <http://www.clam.org.br/pdf/paradario2004.pdf>>. Acesso em 02 nov. 2007.

CARVALHO, Maria Eulina P.; ANDRADE, Fernando César B.; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Gênero e diversidade sexual: um glossário.** João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2009. 56p.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Um nome próprio: transexuais e travestis nas escolas brasileiras. In: XAVIER FILHA, C. (Org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria *queer* e pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. et al. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 345-362.

JUNQUEIRA, Rogério. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: _____. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 13-52.

LOURO. Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 85-94.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 179 p.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*.** Belo Horizonte: América, 2004. 90 p.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças.** 2. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), 2012. 82 p.

NERY, João Walter. **Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois.** São Paulo: Leya, 2011. 336 p.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. **Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade.** 2009. 243f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2009.